Acervo ISA

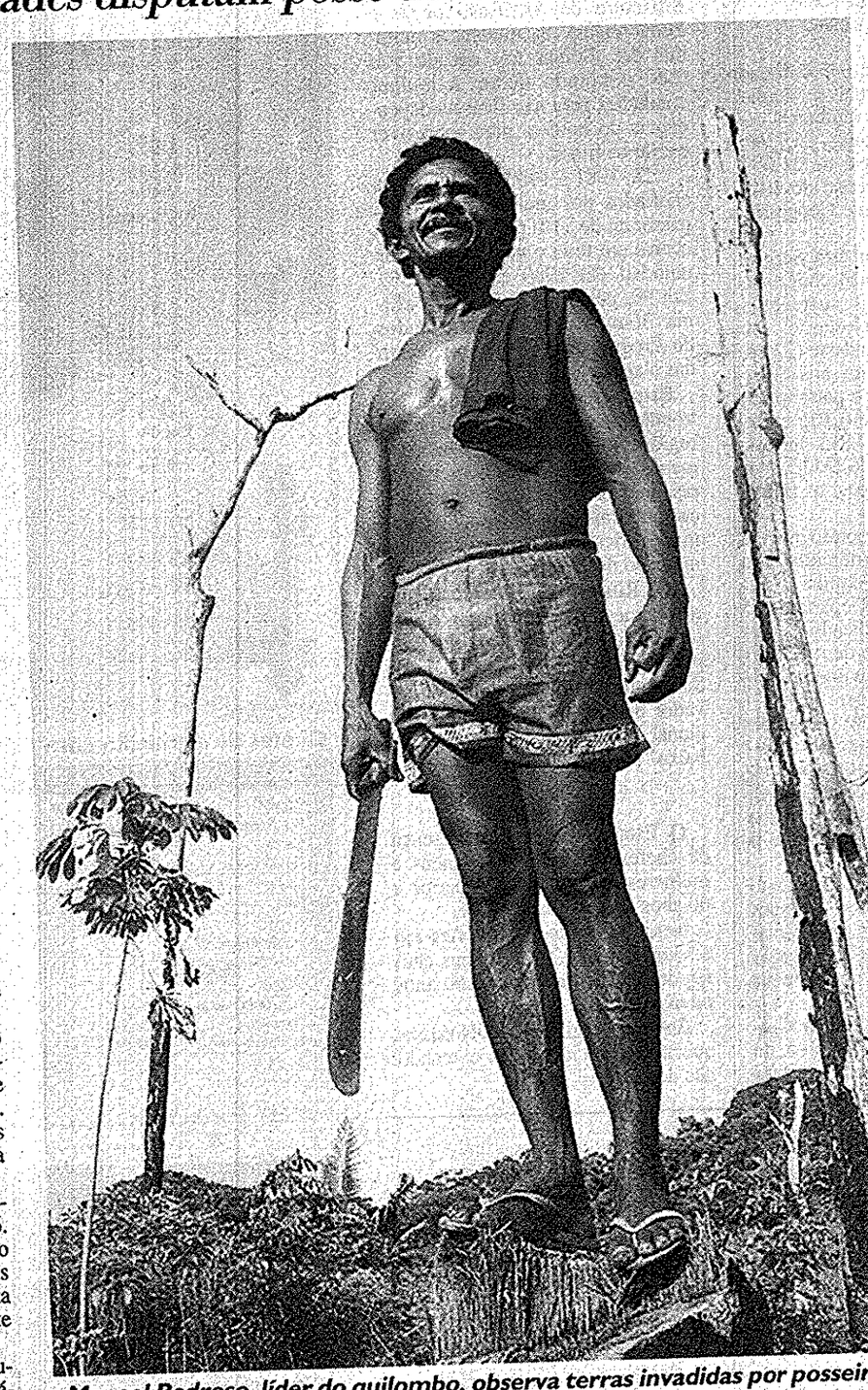
Documentação
FSP
25/12/95 Pg 1-8
42

DISPUTA DE TERRAS

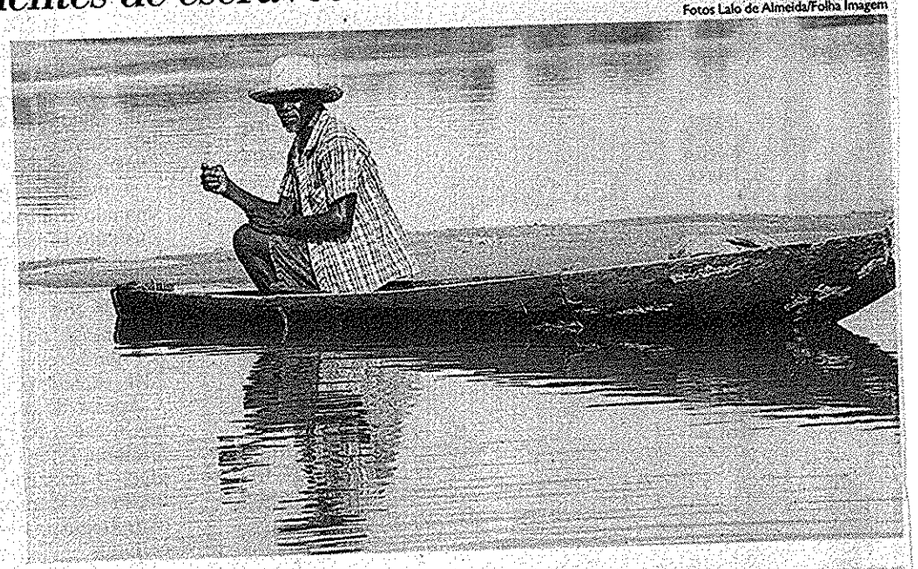
Mulher lidera posseiros contra quilombolas

As duas comunidades disputam posse de terra no Pará; descendentes de escravos estão no local há 200 anos

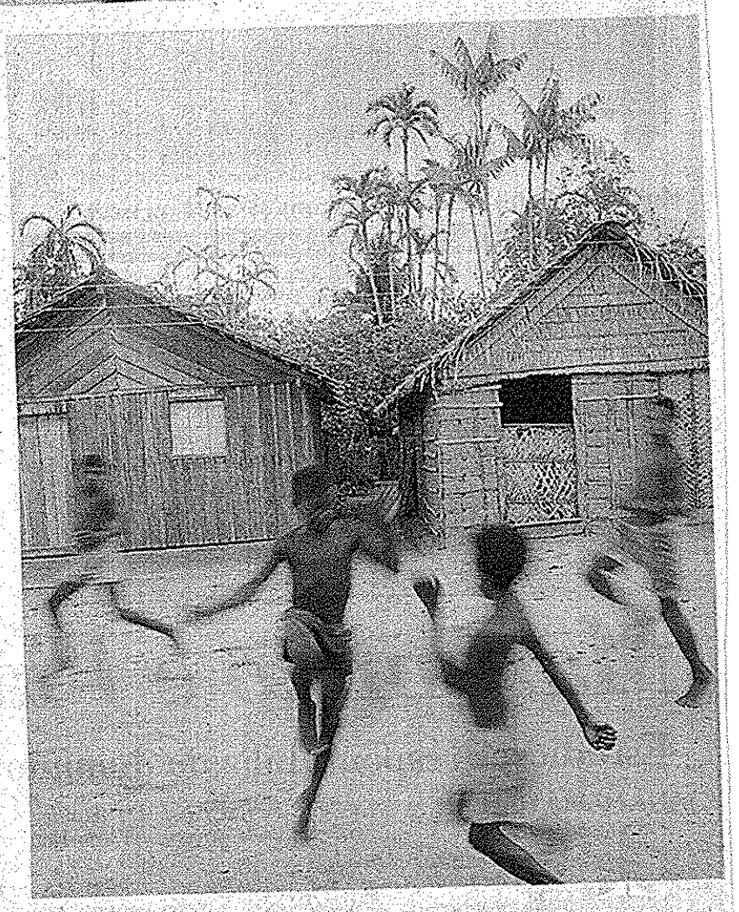
Fotos Lalo de Almeida/Folha Imagem



Manoel Pedroso, líder do quilombo, observa terras invadidas por posseiros



Morador do Pacoval pesca nas águas do rio Curuá



Crianças jogam bola nas ruas do Quilombo do Pacoval

ESTANISLAU MARIA
Da Agência **Folha**, em Alenquer (PA)

Ao norte do rio Amazonas, nos limites da floresta, os habitantes de um quilombo de 200 anos estão em conflito com posseiros por causa da demarcação de terras.

Os posseiros da comunidade Massaranduba já enfrentaram pelo menos três vezes neste ano os habitantes do quilombo Pacoval, em Alenquer, no oeste do Pará. A vantagem foi sempre dos quilombolas, muito mais numerosos.

Nas três ocasiões, os negros, armados com facões e instrumentos de caça, incendiaram roças dos posseiros em áreas que eles consideram do Pacoval. Não houve resistência. "Foram dois roçados meus, mais dois de outro colono e um de outro. Por enquanto, ninguém morreu", diz o posseiro Idalécio Coelho Figueira. O clima é tenso e o conflito pode ficar sério.

Massaranduba e Pacoval, antigamente, trabalhavam a terra juntos, trocavam favores e dividiam os mesmos barcos e caminhões para transporte até a cidade. Os posseiros chegaram há 26 anos na área às margens do rio Mamiá, no município de Alenquer (680 km a oeste de Belém). Durante muito tempo, tiveram um relacionamento amistoso com os negros.

Os conflitos começaram há três anos, quando os posseiros passaram a derrubar árvores em área que os negros consideram sua.

O isolamento do local dificulta o trabalho de mediação que tenta fazer o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Neste ano, houve três reuniões com os dois grupos. A última aconteceu em 19 de setembro.

A decisão final do órgão só deverá ser tomada em meados de 96. De janeiro a maio, ocorre a estação chuvosa, que inunda metade das terras. O Incra quer ter uma exata noção da área permanentemente seca para demarcar a terra.

O quilombo Pacoval e a comunidade Massaranduda estão em áreas da União. São vizinhos e ficam a 54 km do centro de Alenquer. Apesar do tempo em que estão na área, as duas comunidades não têm as terras regularizadas.

Segundo os negros do Pacoval, moram no quilombo 600 pessoas. Em Massaranduba, os posseiros dizem que são 40 famílias —cerca de 200 pessoas. Estariam na área do conflito 17 famílias.

Os negros contestam essa informação. Para eles, os posseiros não passam de 12 famílias. "Eles estão aumentando o número para impressionar o Incra", diz Manuel da Glória Souza Pedroso, um dos diretores da Associação dos Moradores do Pacoval.

Os negros afirmam que os posseiros nos últimos anos foram alargando as fronteiras de sua ocupação. "Eles invadiram a área do quilombo, ultrapassando uma picada (caminho aberto a facão na mata) que fazia o limite entre as duas propriedades", diz Pedroso.

Os posseiros rebatem dizendo que estão na área em litígio desde os anos 70 e acusam os negros de adiantar a picada. O pessoal de Massaranduba mostra um mapa topográfico com uma picada "feita pelo Incra", que, segundo eles, é a correta. "Massaranduba fez a primeira picada. Pacoval fez outra, que cruzou e deu confusão", diz o posseiro Figueira.

"Não vamos recuar para a beira do Mamiá. Lá só cabe uma família", diz Raimunda Coelho Figueira —a dona Nevita, líder de Massaranduba. "Eles estão invadindo nossa área para tirar madeira e vender em Alenquer, Óbidos e Santarém. Roçam a terra uma vez e depois abandonam", acusa o negro Eurico Viana dos Santos.

Os posseiros negam o abandono das roças, mas assumem a venda da madeira. "Só tiramos para abrir roça. Não estamos devastando", diz dona Nevita. A área é rica em madeiras nobres, como massaranduba, tatajuba e cedro. Os brancos dizem deixar algumas roças paradas para o solo se recuperar.

"Antes trabalhava todo mundo junto. Nunca houve rivalidade. Nós acreditamos que foi um pessoal de fora que incitou o Pacoval", diz dona Nevita. Segundo ela, os problemas começaram depois da visita de pessoas de São Paulo e Belém.

Os dois lados descartam uma solução armada, mas também dizem não aceitar uma decisão contrária aos seus interesses. "Queremos a nossa terra, e é isso que esperamos do Incra", diz Pedroso. "A gente só sai se o governo indicar outra área e indenizar as famílias até que se instalem na nova terra", afirma dona Nevita.

Constituição garante posse de terra aos negros

Da Agência **Folha**, em Alenquer

A comunidade do Pacoval tem a seu favor um dispositivo constitucional. Os posseiros, uma permissão de ocupação.

O artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição garante o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos.

Juridicamente, os posseiros de Massaranduba têm como únicos documentos as LOs, ou Licenças de Ocupação, emitidas pelo Incra.

Um topógrafo do órgão foi recebido a facão no Pacoval no fim de junho e não pôde fazer os trabalhos de demarcação da área.

Ele não chegou a ser agredido, mas foi hostilizado. Os negros afirmam que o topógrafo do Incra faria uma demarcação favorável aos posseiros.

Os limites do Pacoval foram passados oralmente de pai para filho. "Ninguém sabe exatamente qual a área. Não há documentos", diz a responsável pelo Incra de Santarém, Maria Lúcia Aires de Mendonça Melo.

É difícil resolver o conflito porque nem Massaranduba nem Pacoval têm a posse definitiva da terra. Mendonça Melo explica que, em 1982, o Incra distribuiu as LOs. Só os posseiros de Massaranduba receberam. Pacoval não quis a demarcação.

"Sem aumentar a tensão, estamos negociando. Estudamos o remanejamento de alguns posseiros", diz Mendonça Melo.

Passado

Antes do conflito, a viagem da comunidade Massaranduba até Alenquer durava cerca de sete horas, atravessando a área do quilombo Pacoval. Agora, os posseiros têm de dar uma grande volta e levam quase um dia para chegar à cidade, onde fica o serviço de saúde mais próximo.

Os posseiros começaram a chegar no fim da década de 60. A vila às margens do rio Mamiá é pequena e reúne poucas casas, além da escola municipal, onde uma professora leciona para 37 alunos até a 3ª série do primeiro grau. (EM)

Lalo de Almeida/Folha Imagem

Raimunda Viana Bentes, descendente de escravos, que fala sobre a maldição do lugar

Para moradores, Pacoval é protegida e amaldiçoada

Se algum negro deixa o local, terra volta à comunidade

Da Agência **Folha**, em Alenquer

"A terra do Pacoval é protegida e amaldiçoada. As pessoas que atentaram contra ela sofreram a maldição", diz Raimunda Viana Bentes, a dona Nazita, descendente dos fundadores do quilombo.

Segundo as lendas que se contam no Pacoval, os primeiros líderes da comunidade eram negros feiticeiros, e sua proteção acompanha o quilombo.

A área do Pacoval é de todos e não é de ninguém. A terra pertence à comunidade, e cada família recebe um lote para fazer sua roça. Ninguém pode dispor de sua área. Se a família sair do quilombo, a terra deve ser devolvida à comunidade.

Dona Nazita conta que, há alguns anos, uma família quis vender o lote e ir para Manaus. A filha de cinco anos caiu no rio Curuá e morreu afogada. O casal foi embora sem levar nada. Tempos depois, outra família desobedeceu a ordem de devolver a terra e tentou vender o lote. O filho de sete anos também se afogou no Curuá. (EM)

80 brancos em 600 moradores

Editoria de Arte/Folha Imagem

Da Agência **Folha**, em Alenquer

Dos 600 moradores do Pacoval, 80 são brancos. Em sua maioria, eles chegaram à região nas últimas décadas como cônjuges de negros que viveram fora um período para trabalhar ou estudar.

Alguns poucos encontraram o quilombo sozinhos, como vendedores ou pescadores, e acabaram ficando por ali mesmo.

A miscigenação é relativamente recente. Tampouco existe segregação racial, pois os novos integrantes compartilham deveres, direitos e tradições com os demais.

Apesar de ser uma comunidade isolada, o quilombo busca, tanto quanto possível, algum conforto da vida moderna.

Não há energia elétrica. Os rádios a pilha, desde manhã, ficam sintonizados nas emissoras das cidades próximas. Às vezes, eles vêem TV ligada a geradores a diesel nos dois salões comunitários. "Vemos a novela e jogos importantes." Flamengo (RJ) e Botafogo (RJ) são os times preferidos.

Quando saem para pescar, os velhos usam chapéu de palha, mas os jovens não dispensam os bonés dos times da NBA (a liga norte-americana de basquete). O Pacoval vive também da venda de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca.

A comunidade produz hortifrutigranjeiros para consumo doméstico. A terra é coletiva, mas a produção é individual: cada um cultiva seu próprio lote.

A renda familiar média é de R$ 50. As casas são de madeira, e todos comem o que produzem. Em Alenquer, compram produtos de limpeza, açúcar, café, óleo, cigarros, querosene e pilhas.

A tradição oral afirma que o Pacoval —a origem do nome se perdeu— foi fundado por um grupo de negros liderados por Manoel Rodrigues de Oliveira, que fugiu da propriedade de Maria Macambira, em Santarém (700 km a oeste de Belém), no fim do século 18.

Os descendentes dos fundadores desconhecem a língua e a religião de seus ancestrais. A única tradição forte é a dança do Marambiré —festa comemorada em janeiro que mistura religião e homenagens aos reis e rainhas do Congo.

A língua falada no quilombo é o português, e a grande maioria dos habitantes é católica. Há alguns protestantes. Não há sinal de candomblé ou umbanda. (EM)

CAMPO MINADO

Mulher de líder morto pede proteção policial

Da Agência **Folha**, em Belém

Maria Ângela Cortez, mulher do presidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) de Tucumã (PA), Alexandre Roberto de Castro Cortez, 43, pediu proteção policial para ela e para os oito filhos.

Alexandre Cortez foi assassinado na última quinta-feira. Segundo integrantes do MST, o presidente do movimento em Tucumã (720 km a sudoeste de Belém) vinha recebendo ameaças de fazendeiros por causa de sua liderança em invasões de terra na região.

Cortez foi morto perto de sua casa, na cidade, com cinco tiros de revólver calibre 38. Amedrontada, no sábado, Maria Ângela pediu proteção. O secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara, não descartou a hipótese de o crime ter sido cometido devido a conflitos de terra. O agricultor assassinado comandava uma invasão a 170 km do centro de Tucumã.